



Moção do Conselho Universitário da Unifesp

O Conselho Universitário da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) vem a público manifestar sua preocupação e indignação com a forma com que Universidades Públicas vêm sendo tratadas por parte de autoridades de órgãos de controle e pela Polícia Federal. Citamos aqui as ações policiais nas Universidades Federais do Paraná (UFPR), do Rio Grande do Sul (UFRGS), de Santa Catarina (UFSC), e, mais recentemente, de Minas Gerais (UFMG).

Informamos que todas as Universidades, como parte do sistema público possuem mecanismos de apuração, fiscalização, controle e aplicação de medidas punitivas, bem como respondem cotidianamente à diversos órgãos de controle. Nada justifica que suas autoridades e servidores (as) sejam conduzidos coercitivamente e de forma espetacularizada, a fim de responder a apurações por supostas irregularidades.

Tal postura policaiesca, midiática, intimidatória, injustificada, abusiva, ilegal e desnecessária culminou na perda irreparável do Magnífico Reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, da UFSC e na condenação de outras autoridades por parte da opinião pública, sem que tenha havido julgamento e condenação.

Em diversas manifestações públicas, inclusive a da Associação Nacional dos Dirigentes de Ensino Superior (Andifes) foram apontadas possíveis razões para explicar estas ações, todas com forte cunho ideológico e claras intenções no intuito de mobilizar a opinião pública contra as Universidades. Os resultados das ações não foram verificados e comunicados, mantendo dúvidas acerca da idoneidade das Universidades, de suas autoridades e servidores (as), com graves prejuízos a todos os envolvidos. Até o momento, em nenhum dos casos ocorridos houve confirmação das suspeitas e também da necessidade concreta de se fazer a apuração com tamanho aparato policial e formato coercitivo.

A Unifesp reforça o pedido da Andifes de que o Congresso Nacional produza legislação que coíba e penalize o abuso de autoridade e repete a exigência de que “os titulares do Conselho Nacional de Justiça, da Procuradoria Geral da República, do Ministério da Justiça e do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria da União intimem seus subordinados a balizarem as suas atividades pelos preceitos constitucionais, especialmente quanto ao respeito aos direitos individuais e às instituições da República”. Também gostaríamos que houvesse manifestação de apoio por parte do Ministério da Educação às Universidades públicas e às suas comunidades acadêmicas.

Por fim, ressaltamos que nossa comunidade está atenta, solidária às demais instituições e colegas que foram desrespeitados em seus direitos e, ainda, em luto com a perda do Reitor da UFSC.

Seguiremos nossas atividades, em consonância com os preceitos democráticos que regem nossa nação e com base na promoção de ensino, pesquisa, extensão e assistência, por uma educação pública de qualidade e socialmente referenciada, em uma nação que precisa, cada vez mais de nós.

São Paulo, 13 de dezembro de 2017.